



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2020

Processo Administrativo nº 23205.003993/2020-22

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios para para utilização em aulas práticas dos cursos de Nutrição e Medicina Veterinária do Campus Realeza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Código Catálogo	Código PAC	Especificação	Fornecedor	Valor total atribuído ao Fornecedor	Percentual de desconto concedido
01	3007.001.0063	1949	Gêneros alimentícios (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Quadri Supermercados Ltda 22.683.934/0003-70	R\$ 3.500,00	5%
02	3007.001.0063	1949	Gêneros alimentícios (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Claudina Comiran 17.281.091/0003-45	R\$ 3.000,00	3%
03	3007.001.0063	1949	Gêneros alimentícios/frutaria (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Jair Eloi Schmitt e Cia Ltda ME 05.039.049/0001-71	R\$ 1.500,00	10%
04	3007.001.0063	1949	Gêneros alimentícios/Produtos Naturais (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Marcelo Augusto Salvadori - ME 20.749.010/0003-01	R\$ 250,00	20%
05	3007.001.0063	1949	Gêneros alimentícios/ Produtos Naturais (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Renan Santolin EIRELI 21.941.732/0001-56	R\$ 250,00	15%
Total Geral Anual						R\$ 8.500,00

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. Objeto desta Licitação trata de aquisição de gêneros alimentícios para para utilização em aulas práticas dos cursos de Nutrição e Medicina Veterinária do Campus Realeza.

1.2.2. Deverão ser observada as condições de transporte necessárias para garantir a qualidade e conservação dos alimentos, garantindo assim a integridade e qualidade dos mesmos.

1.3. Do Valor

1.3.1. O valor previsto total da contratação pretendida é de **R\$ 8.500,00** (Oito mil e quinhentos reais);

1.3.2. No valor proposto estão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, e quaisquer outros que incidam diretamente ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

indiretamente sobre a prestação dos serviços.

1.4. Do Planejamento da Contratação conforme Ações Institucionais e PAC

1.4.1. A demanda prevista neste Termo de Referência de Dispensa de Licitação está contemplada no **Plano de Ação CRE027** e foi consolidada no Plano Anual de Contratações – PAC 2020, conforme extrato de consulta reproduzido abaixo:

PLANO DE AÇÃO	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
CRE027	Compra de produtos alimentícios

PLANEJAMENTO PAC		
Nº do item no PAC	Descrição	Unidade responsável pela demanda no PAC
1949	Gêneros alimentícios para aulas práticas dos cursos de Nutrição e Medicina Veterinária.	CLAB-RE

2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO

2.1. Da justificativa da Contratação

2.1.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência justifica-se conforme segue:

O Laboratório de Nutrição e Dietética (LND) (305) e o Laboratório de Tecnologia de alimentos (306) servem como espaços de sistematização e avaliação dos procedimentos aos quais os alimentos são submetidos durante o preparo para o consumo. Nele são estudadas as propriedades físico-químicas, formas de cocção adequadas para preservação do valor nutricional, aperfeiçoamento de novas técnicas de conservação de alimentos, e a elaboração de novos produtos alimentícios e de receitas culinárias voltadas a dietas especiais. Os laboratórios proporcionam aulas em que o aluno visualize as transformações físico químicas dos alimentos mediante processos de pré preparo e preparo, reflexão sobre as alterações nutricionais e sensoriais nos alimentos, execução e análise sensorial de alimentos e preparações, execução das boas práticas de fabricação de alimentos, cálculo de valor nutricional, rendimento e custo de preparações e, por fim, possibilita a escolha das técnicas adequadas da seleção a distribuição do alimento. Assim justifica-se a necessidade de alimentos, utensílios e equipamentos específicos, que viabilizem praticas de ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Enquanto suporte nesse processo de ensino-aprendizagem, é de extrema importância que o LND seja dotado de alimentos, para atender às aulas práticas dos seguintes Componentes Curriculares: Bases da Técnica Dietética e Culinária, Técnica Dietética e Culinária Aplicada, de extensão e pesquisa e as disciplinas de Tecnologia de Alimentos de Origem animal e Vegetal. Também é importante citar que dentro da componente curricular Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal um dos objetivos é oferecer aos alunos a prática de fabricação de carnes, leite, ovos, mel e seus respectivos derivados, com intuito de conhecer os elementos constituintes, métodos de beneficiamento, controle de qualidade físico-químico e microbiologia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

avaliação da qualidade e rendimento em função do processamento. Gastronomia, Personal Diet e Dietoterapia I e II, além de atender a atividades específicas de projetos.

2.2. Da justificativa da escolha do fornecedor ou executante

2.2.1. No que diz respeito a razão da escolha do fornecedor ou executante, em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que o critério de escolha do fornecedor se dará pelo menor preço, após o **desconto percentual** ofertado, conforme orçamentos anexados ao processo. De acordo com relatos dos setores demandantes, houve dificuldade em anos anteriores por parte dos fornecedores em manter os preços contratados durante o ano, resultando em vários cancelamentos de empenho. Assim, de forma a evitar esta situação que causaria prejuízo à UFFS, optou-se por aplicar um desconto sobre o preço apresentado no dia da compra em cada estabelecimento. Portanto, de acordo com a metodologia escolhida, conforme surgem as demandas, será realizada pesquisa em todos os estabelecimentos abaixo listados, posteriormente aplicado o desconto prometido por eles e então adquirido daquele fornecedor que, após o desconto, ofertar o menor preço. Por fim, o **Encarte A** especifica todos os itens que poderão vir a ser adquiridos, acompanhados do preço médio obtido através dos orçamentos coletados (valor estimativo).

Item	Descrição	Fornecedor (Razão Social e CNPJ)	Desconto ofertado
01	Gêneros alimentícios (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Quadri Supermercados Ltda - 22.683.934/0003-70	5%
02	Gêneros alimentícios (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Claudina Comiran - 17.281.091/0003-45	3%
03	Gêneros alimentícios/frutaria (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Jair Eloi Schmitt e Cia Ltda ME 05.039.049/0001-71	10%
04	Gêneros alimentícios/Produtos Naturais (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Marcelo Salvadori ME - 20.748.010/0003-01	20%
05	Gêneros alimentícios/Produtos Naturais (conforme listagem dos produtos constantes no ENCARTE A)	Renan Santolin EIRELI 21.941.732/0001-56	15%

2.3. Da Justificativa do Preço

2.3.1. Com relação à justificativa do preço, em atendimento ao que preconiza o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, informamos que, a pesquisa de preços dos serviços a serem contratados foi realizada com base no parâmetro IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, para o qual foi utilizado como estimativa de preço a **média** dos preços unitários obtidos.

2.3.2. A estimativa do custo total para a contratação dos itens que compõem este Termo de Referência é **R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)**.

2.3.3. Conforme declaração do requisitante no Relatório de Pesquisa de Preço, os valores representam a realidade do mercado.

2.4. Da regularidade fiscal das Contratadas

2.4.1. Com relação à Regularidade Fiscal, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que as empresas abaixo listadas possuem todas as certidões válidas, conforme comprovações acostadas ao processo administrativo:

Quadri Supermercados Ltda - 22.683.934/0003-70
Claudina Comiran - 17.281.091/0003-45
Jair Eloi Schmitt e Cia Ltda ME 05.039.049/0001-71
Marcelo Salvadori ME - 20.748.010/0003-01
Renan Santolin EIRELI 21.941.732/0001-56

2.5. Da aplicabilidade de normas especiais

2.5.1. DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2017: O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG emitiu a Instrução Normativa nº 05 de 2017, publicada em 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, revogando a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 que tratava anteriormente sobre o tema. Acerca de tal normativa, informo que para esta contratação **será aplicada somente a etapa da elaboração do Termo de Referência, tendo em vista o que estabelece na alínea a do § 2º do Art. 20 da referida instrução**, conforme segue:

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II – Gerenciamento de Riscos;e

III – Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;(grifo nosso).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Conforme citado nos Estudos Preliminares, “o montante solicitado é de R\$ 8.500,00, rateados considerando o maior desconto oferecido, maior variedade de produtos e preços de prateleira mais baixos. Julga-se necessário e suficiente o valor de R\$ 6.500,00 rateados em dois supermercados distintos; O valor de R\$ 1.500,00, para aquisição de frutas, legumes e verduras; E o valor de R\$ 500,00 para aquisição de produtos naturais em loja especializada, totalizando R\$ 8.500,00 para suprir as demandas dos cursos quanto à necessidade de gêneros alimentícios para aulas. A experiência/vivência dos servidores envolvidos na administração empenho e na compra dos produtos consolida essa divisão. O fato do servidor estar semanalmente buscando os produtos solicitados para as aulas faz com que visualize os melhores preços praticados, a qualidade oferecida, as promoções existentes, entre outros fatores. O município de Realeza é pequeno, não possuindo grandes redes de supermercado, desse modo, foram consultados os maiores estabelecimentos que poderiam oferecer à Instituição a maior variedade de itens possíveis e melhores preços. A opção em comércio especializado em produtos naturais, auxilia a formação dos discentes na realização de aulas voltadas a um público específico como diabéticos, hipertensos, além de pessoas alérgicas a diversos alimentos. A dispensa está fundamentada no Art. 24, II, Lei 8.666/93 e não serão realizadas novas contratações do objeto requerido no mesmo exercício financeiro, considerando que o valor atribuído é suficiente e necessário para o período de um ano de aulas praticas. Vale ressaltar que através deste modo de contratação, Dispensa de Licitação considerando o percentual de desconto sob o valor de prateleira do dia, são adquiridos apenas produtos necessários às aulas naquele momento e nas quantidades solicitadas pelo docente responsável, não desperdiçando e/ou perecendo alimentos, não estocando a ponto de perder a validade. Também não frustramos fornecedores, pois utilizamos todo o recurso empenhado com o valor do dia de cada produto (não causando desconfortos em caso de falta ou aumento significativo). Tem se mostrado um método eficaz que atende ao interesse/necessidade Institucional.”

4. DO FUNDAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Do Enquadramento legal

4.1.1. O presente processo se enquadra como Dispensa de Licitação, com fundamento no **Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666**, de 21 junho de 1993.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da aquisição abrangem o seguinte:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

5.1.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

5.1.1.1. Solicita-se **no que couber**, que a Contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- f) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
- i) Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- j) Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber

5.1.1.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.1.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

5.1.2. Os alimentos deverão ser entregues **imediatamente** após o recebimento da Nota de Empenho. O endereço de entrega é o seguinte: Campus Realeza – Avenida Edmundo Gaievski, Nº 1000, CEP: 85.770-000. Acesso pela Rodovia PR 182, Km 466.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de referência e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os materiais objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante envio da Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

9.2. Quando do recebimento provisório dos materiais, o responsável pelo recebimento verificará a conformidade dos mesmos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

9.4. Por ocasião do recebimento do(s) material(s), a Universidade Federal da Fronteira Sul reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos.

9.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

9.6. A aprovação do material pela Universidade Federal da Fronteira Sul não exclui a responsabilidade civil da licitante contratada por vícios de qualidade ou técnico do material ou em desacordo com o exigido neste Termo de Referência e na proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, alterados pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da liquidação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

10.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do material, conforme este Termo de Referência

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.4.1. o prazo de validade;

10.4.2. a data da emissão;

10.4.3. os dados da contratação e do órgão contratante;

10.4.4. a data de fornecimento dos materiais;

10.4.5. o valor a pagar; e

10.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

10.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

10.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, a Contratada que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do objeto;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não manter a proposta;

11.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.2.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

11.2.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. A dotação orçamentária da contratação, conforme **Declaração Nº 36/2020 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento será:

Gestão/Unidade: 158517

Fonte: 8100000000.

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Elemento de Despesa: 339030

PTRES: 171285



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3764
www.uffs.edu.br

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este Termo de Referência foi elaborado a partir das informações consignadas pelo requisitante do objeto mediante o Processo de Pedido de Compras/Contratação nº 23205.003993/2020-22 e demais tratativas acostadas ao Processo administrativo.

13.2. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte encarte:

13.2.1. ENCARTE A – Estimativa de consumo

13.2.2. ENCARTE B – Modelo de planilha para pesquisa de preços

Chapecó/SC, 30 de julho de 2020.

RENATO TONELLO
Chefe da Divisão de Importação

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura e Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência e seus Encartes da **Dispensa de Licitação** com fulcro no **Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93**, que visa a **aquisição de gêneros alimentícios para para utilização em aulas práticas dos cursos de Nutrição e Medicina Veterinária do Campus Realeza**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 30 de julho de 2020.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas